

Painel / Linha temática 1

Cidadania e narrativas de desenvolvimento: participações e imposições



Mesa 1.2

"(In)visibilidades e Cidadania"

Investigador Convidado/Comentador:
João Teixeira Lopes¹

Moderadora:
Isabel Ferreira²

Coordenação:
Isabel Ferreira²

Dia 7, 6ª Sessão

Oradores e Comunicações

Nº	Nome completo	Email	Título da comunicação	Instituição
95	Júlio Gonzaga Vaz de Medeiros Andrade	jgvandrade@sapo.pt	A "crise" da cidadania e a educação para a cidadania	Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve
43	Bárbara M. Duarte Teixeira Lira da Silva	barbaramduarte@yahoo.com.br	O Programa "Cultura Viva" e a democratização da Política Cultural no Brasil	Universidade Federal da Paraíba
148	Beatriz Caitana da Silva	beatriz.caitana@gmail.com	Infância Quilombola – (in) visibilidades, território e identidade	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC)
54	Ana Filipa Borges Matias Gilsanz Magalhães	filipa.magalhaes@ua.pt	Quando as relações virtuais criam a falsa aparência de ausência de limites	Universidade de Aveiro
165	Maria Margareth Lins Rossal	rossal@hotmail.com	As Tecnologias de Informação e Comunicação como Instrumentos Emancipatórios em Orçamentos Participativos	CES - Universidade de Coimbra

¹ Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1992) Mestre em ciências sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1995) com a Dissertação Tristes Escolas - Um Estudo sobre Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano (Porto, Edições Afrontamento, 1997). Doutorado em Sociologia da Cultura e da Educação (1999) com a Dissertação (A Cidade e a Cultura - Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas (Porto, Edições Afrontamento, 2000). Membro efectivo do Observatório das Actividades Culturais entre 1996 e 1998 e seu actual colaborador. Integrou a equipa coordenadora do Relatório das Políticas Culturais Nacionais (1985-95) apresentado em 1998 junto do Conselho da Europa (Lisboa, As Políticas Culturais em Portugal, Observatório das Actividades Culturais, 1998). Foi programador de Porto Capital Europeia da Cultura 2001, enquanto responsável pela área do envolvimento da população e membro da equipa inicial que redigiu o projecto de candidatura apresentado ao Conselho da Europa. Representou o Bloco de Esquerda como deputado à Assembleia da República (2002-2006). Coordenador Científico do Instituto de Sociologia da FLUP entre 2002 e Fevereiro de 2010. Diretor da Revista Sociologia entre 2009 e Fevereiro de 2013. Tem 14 livros publicados (sozinho ou em co-autoria) nos domínios da sociologia da cultura, cidade, juventude e educação, bem como museologia e estudos territoriais. É Vice Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia.

² Licenciada em Geografia pela Universidade de Coimbra; Mestre em Ordenamento do território e planeamento ambiental pela Universidade Nova de Lisboa; doutoranda em Sociologia - cidades e culturas urbanas na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tem exercido funções de técnica superior numa Câmara Municipal desde 2001 onde tem desenvolvido e colaborado em vários projetos na área do planeamento, ordenamento do território e cultura. Atualmente dedica-se ao projeto de doutoramento "Governança, cidadania e participação nas pequenas e médias cidades" com o apoio de bolsas de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian e do International Council for Canadian Studies.

A “crise” da cidadania e a educação para a cidadania

A cidadania, tradicionalmente associada ao Estado, é agora desafiada pelo processo de globalização, e mais imediatamente, pela europeização. Por outro lado, tem-se assistido na educação para a cidadania em Portugal a um progressivo crescimento de programas que se podem enquadrar numa perspetiva da “liberdade dos modernos”, perdendo assim a dimensão de participação política.

Após uma leitura sintética da evolução recente das políticas curriculares no âmbito da educação para a cidadania em Portugal, a reflexão vai ser dirigida para uma conceção de cidadania que procure responder aos desafios da globalização e da participação política e que possa servir como orientação para as políticas educativas.

A reflexão que se propõe fazer parte de alguns preceitos constitucionais, como aqueles que se referem ao aprofundamento da democracia participativa, às tarefas fundamentais do Estado e às finalidades (e limites) da educação, e terá como recurso as distinções entre a cidadania liberal, a republicana e a deliberativa.

A cidadania surgirá para a discussão como o poder comunicativo que as pessoas, dotadas de direitos (principalmente de direitos políticos), efetivamente exercem na definição das políticas públicas e do seu próprio estatuto de cidadãos.

Esta conceção procura evitar que a cidadania seja referida direta ou exclusivamente ao Estado nacional porque em primeiro lugar permite estabelecer uma relação com as políticas de quaisquer outras “organizações” supra ou infra estaduais e em segundo lugar porque o estatuto é concebido como um conjunto de direitos e de deveres dialeticamente construídos que são política (jurídica), mas também social e publicamente, conferidos e reconhecidos, e não somente como aqueles que estão plasmados nos direitos nacionais (direitos fundamentais).

A cidadania surge então como uma competência performativa e da ação pública, independente de um contexto concreto, competência essa que pode e deve ser educada, isto é, desenvolvida.

Palavras-chave: Cidadania, Educação, Globalização, Constituição

³ Júlio Gonzaga Vaz de Medeiros Andrade nasceu nos Açores (Ilha de S.Miguel), licenciou-se em Filosofia (Universidade de Lisboa) e concluiu o Mestrado em Educação (Universidade de Boston). Atualmente é Professor Coordenador da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve e doutorando em Educação, na especialidade de Administração e Política Educacional, no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Áreas de interesse: Filosofia e Política Educacional e Educação para a cidadania.

O Programa “Cultura Viva” e a democratização da Política Cultural no Brasil

Este trabalho tem como objetivo analisar uma Política Pública de Cultura implementada pelo Ministério da Cultura do Brasil, na gestão do ministro Gilberto Gil, durante o Governo Lula. De acordo com Albino Rubim (2008) no histórico das Políticas Culturais no Brasil, existe uma ampliação da concepção de cultura na gestão do governo Lula/Gil, abarcando a participação de grupos populares que, até então, não tinham investimento financeiro do estado para a realização e continuidade de suas práticas culturais. O cargo chefe dessa Política Pública foi o Programa dos “Pontos de Cultura”, no qual o governo investiu financeiramente a partir de editais públicos, em organizações populares que já tinham uma atuação cultural consolidada. Para o Ministério da Cultura do Brasil, se tratava de uma política “de baixo pra cima” e de “cidadania cultural” na relação entre estado e sociedade civil. É verdade que o Programa “Cultura Viva”, e os “Pontos de Cultura” como parte principal dele, tiveram um papel fundamental na democratização da cultura do país, na descentralização do recurso, e no empoderamento de grupos culturais que por muito tempo foram marginalizados. No entanto, é necessário se aprofundar numa análise sociológica da política pública para perceber até que ponto a relação entre estado e sociedade civil promove realmente uma cidadania cultural, a partir da análise das instâncias de participação e atuação dos grupos culturais representantes da sociedade civil. Nossa fundamentação teórica está baseada nas teorias de Antônio Gramsci sobre as disputas entre os grupos da sociedade, a partir dos conceitos de “hegemonia”, “teoria ampliada do Estado” e “sociedade civil”, nesse último conceito, utilizamos ainda as assertivas de Arato e Cohen (2000); (2009); com as concepções mais recentes sobre o conceito.

Palavras-chave: Política Cultural - Cidadania Cultural - Pontos de Cultura

⁴ Pesquisadora da área de Sociologia da Cultura e Sociologia Política, com ênfase na discussão sobre Políticas Culturais, indústria cultural e intelectuais de esquerda, aluna do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.

Infância Quilombola – (in)visibilidades, território e identidade

A presente comunicação parte dos resultados obtidos no desenvolvimento de uma tese de mestrado em sociologia, retomando a trajetória das concepções sobre a infância nas teorias sociais, a partir de uma abordagem interdisciplinar no sentido de deslocar as fronteiras entre as diversas ciências humanas. O objetivo do trabalho foi compreender a visibilidade da infância quilombola a partir do reconhecimento das singularidades identitárias nas políticas públicas. Contudo, ao longo do trabalho de campo realizado nas comunidades quilombolas de Ivaporanduva no estado de São Paulo e Comunidade Conceição das Crioulas no estado de Pernambuco, verificou-se um significado diferente do valor do “trabalho” na “roça” realizado pelas crianças quilombolas atribuído pelas famílias entrevistadas. Este “trabalho” pode ser visto por um lado, como a forma de educar os filhos para serem adultos responsáveis, honestos e íntegros; e por outro, como a manutenção da cultura e da tradição dos quilombos corresponde a um modo de vida imbricado em relações com a terra e o território. E portanto a presente comunicação, centra-se numa análise dos factores internos de socialização das crianças e da relação da comunidade com o Estado na definição das políticas, na espacialização de políticas distributivas em vez de sinergias entre redistribuição e reconhecimento. A proposta é compreender a visibilidade da infância quilombola a partir do reconhecimento das singularidades identitárias nas políticas públicas. A análise recai sobre os factores internos de socialização das crianças e da relação da comunidade com o Estado na definição das políticas.

Palavras-chave: infância, quilombos, políticas públicas, identidade

⁵ Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra, especialista em Movimentos Sociais e Democracia pela Universidade Federal de Minas Gerais. No âmbito profissional atuou como oficial de projetos em organizações sociais de promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Foi coordenadora do Projeto Turismo e Proteção à Infância, e no Projeto: Zanuandê - Quilombinho. Atualmente é doutoranda no programa de Sociologia da Faculdade de Economia (FEUC), dedicando-se à investigação da relação das universidades com a Economia Social.

Quando as relações virtuais criam a falsa aparência de ausência de limites

A nossa comunicação tem por base o trabalho que estamos a desenvolver no âmbito da Nossa Tese de Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Prof. Jónatas Machado e partiu da nossa preocupação com o respeito pelos direitos fundamentais, mais concretamente o direito à privacidade, direito à honra e bom nome, numa altura em que as redes sociais, os blogs e a possibilidade de cada cidadão, sem restrições ou limites, colocar qualquer conteúdo nestas redes cujo alcance ultrapassa muitas vezes o âmbito de influência da comunicação social tradicional.

Se na época da censura, a liberdade de expressão e comunicação era limitada externamente pela censura, por forma a evitar determinado tipo de conteúdos e informações, hoje em dia vivemos um momento em que a liberdade de expressão e de comunicação “parece” não ter limites no mundo da internet em que as redes sociais e os logs permitem a qualquer autor colocar as informações e fazer as afirmações que pretende sem qualquer tipo de limites externos. O autor passou a ser o editor e a controlar os meios de difusão das suas informações, sendo cada vez mais difícil responsabilizá-lo pelas ofensas aos direitos fundamentais dos outros, cujos danos são tão difíceis de calcular.

Propomo-nos assim refletir sobre a responsabilidade de cada autor de um blog ou de cada perfil do facebook pelas afirmações que divulga na internet.

Palavras-chave: Redes sociais - internet – esfera pública - direito

⁶ Filipa Matias Magalhães, assistente na Universidade de Aveiro. Fez o mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra sobre as modalidades de gestão dos serviços públicos e, desde então, a sua preocupação com os direitos fundamentais, esteve presente na sua atividade. Doutoranda na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra desenvolveu estudos sobre o Bulliyng e encontra-se a realizar a tese de doutoramento na área dos direitos fundamentais e a sua necessária revisão à luz do novo contexto que é a internet e as redes sociais.

As Tecnologias de Informação e Comunicação como Instrumentos Emancipatórios em Orçamentos Participativos

Instrumentos tecnológicos são reflexos e espelhos da sociedade que as criam, as desenvolvem e as utilizam, pois "não é possível pensar em tecnologia sem pensar na sociedade em que está inserida" ou em "tecnologia social sem pensar em projeto de sociedade"(Benini et alli, 2011:112) e muito menos, pensar tecnologia social sem participação. Não vincular as tecnologias às questões políticas, sociais e humanas é além de tudo, retirar a possibilidade de emancipação através destes instrumentos. A partir da presente proposta, pretendo analisar metodologias e práticas democráticas aplicadas através das Tecnologias de Comunicação e Informação, em contextos e processos de participação, e em específico o Orçamento Participativo, a partir do conhecimento nas Ciências Sociais e Políticas. A proposta é estudar como estas tecnologias podem contribuir, ou não, para que processos participativos alcancem fins emancipatórios. Neste caso, pretendo olhar para os processos de Orçamento Participativo em duas realidades sociais e políticas diferentes, fazendo um diálogo entre as reflexões das ciências sociais e as tecnologias da informação.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação; Tecnologias Sociais; Participação; Orçamento Participativo; Democracia e Emancipação.

⁷ Doutoranda na Faculdade de Economia/Centro de Estudos Sociais - da Universidade de Coimbra no Curso "Democracia no Séc XXI" e pesquisadora / bolsista no Centro de Ciência Sociais - CES / FCT. Mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002), especialização pelo DAAD na Universidade de Hamburg (2000) em Tecnologia e Gênero, especialização em Engenharia de Software pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1981) e graduação como Tecnólogo Em Processamento de Dados pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1979). Profissional na área de tecnologia como Analista Senior, Consultora e Gerente de Sistemas e Coordenação da ONG ALICE - Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação, cujo projeto principal é o Jornal Boca de Rua (2000) - canal de comunicação dos moradores de rua de Porto Alegre/RS.